

JORNAL AVOZDOMOTBOY

Gil, presidente do SindimotoSP, vai ao Senado Federal dizer não para PLS 82/2011 e reivindicar aposentadoria especial para motociclista profissional



Para o sindicato, PLS do senado é retrocesso e dificultaria o exercício da profissão de motociclista profissional, podendo levar, inclusive, à extinção da categoria. Segundo Gil, é preciso fiscalizar a Lei Federal 12009 que já disciplina o serviço de entregas rápidas em todo Brasil. Outro ponto reivindicado na audiência da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal em Brasília, foi a aposentadoria especial para o motociclista profissional, que já recebe o adicional de periculosidade e deve ser beneficiado com a extensão do direito conforme outras profissões que tem tempo de trabalho máximo de 25 anos. **Página 5**

Justiça aceita ação de improbidade contra Haddad por dinheiro de multas. MP diz que Prefeitura usou dinheiro para fins não previstos em lei.

Aumento de multas aplicadas tira uma CNH a cada dois minutos

Algumas multas não “cassam” à CNH

Porém, as mais frequentes aplicadas em motociclistas, quando somadas, determinam o prazo em que a CNH ficará suspensa.

Indústria da multa de trânsito na capital bate recordes sucessivos

Desde que a administração municipal mudou as regras de velocidade na cidade de São Paulo, os cofres estão mais cheios e trabalhadores do setor profissional de duas rodas sem poder exercer a profissão.

Página 4

SindimotoSP e Sedersp fecham dissídio 2016/2018 setor Dia. Diante da crise que o setor e país enfrentam, aumento foi comemorado pela categoria.

SindimotoSP e Simpi chegam a um acordo e assinam Convenção Coletiva 2016/2017 - setor Diferenciado

SindimotoSP e Sedersp fecham dissídio 2016/2018 setor Dia. Diante da crise que o setor e país enfrentam, aumento foi comemorado pelos motociclistas profissionais.

O SindimotoSP fechou a Convenção Coletiva setor Dia 2017/2018 com o Sedersp (sindicato patronal de motofrete). O documento reajusta os valores pagos aos motociclistas / ciclistas e devem ser pagos a partir de 1º de maio. Diante de fatos que mergulharam o Brasil em uma das maiores crises financeiras já enfrentadas, o aumento foi recebido com satisfação. Diante das demissões que estão acontecendo no setor, a queda do volume de entregas, entre outros fatores, o aumento reajusta piso mínimo e demais benefícios para o trabalhador.

O piso mínimo para motofretista teve aumento de 8% e passou de R\$ 1.123,20 para R\$ 1.213,05. O PVR subiu de R\$ 7,58 para R\$ 8,19, sendo também 8% a porcentagem de aumento. O aluguel da moto passou de R\$ R\$ 522,23 para R\$ 564,00, totalizando 8% de aumento real, caso o motociclista rode até 2.520 kms por mês, caso passe desse limite, cada km excedente terá acréscimo de R\$ 0,24. Já o VR passou de 12,00 para R\$ 14,00, sendo esse o maior aumento: 17%. A cesta básica também emplacou aumento e foi de R\$ 60,00 para R\$ 64,00.

Para o ciclista, os aumentos cravaram nos 8% passando o piso mínimo para R\$ 1.166,40 (era

R\$ 1.080,00), o aluguel da bike subiu de R\$ 352,00 para R\$ 380,16 para o ciclista que rodar até 1.761 kms. Acima disso, o excedente será de R\$ 0,21 por km rodado. Demais benefícios foram mantidos.

MOTOFRETISTA

DESCRIÇÃO	ANTES (EM R\$)	%	DEPOIS (EM R\$)
PISO MÍNIMO	1.123,20	8	1.213,05
PERICULOSIDADE	336,96	8	363,91 (piso mínimo da categoria)
PVR	7,58	8	8,19
ALUGUEL DA MOTO	522,23	8	564,00
VR	12,00	17	14,00
CESTA BÁSICA	60,00	8	64,00
EXCEDENTE ALUGUEL DE MOTO ATÉ 2.520 KM	0,22		0,24 (POR KM EXCEDENTE)

CICLISTA

DESCRIÇÃO	ANTES (EM R\$)	%	DEPOIS (EM R\$)
PISO MÍNIMO	1.080,00	8	1.166,40
ALUGUEL DA BIKE	352,00	8	380,16
EXCEDENTE ALUGUEL DA BIKE ATÉ 1.761 KM	0,20	8	0,21 (POR KM EXCEDENTE)

Os valores acima descritos devem ser pagos a partir de 1º de Maio de 2016 para os motociclistas profissionais e Ciclistas do Setor Dia.

Periculosidade: está acabando prazo para motociclista profissional enviar sugestões para Ministério do Trabalho (MT)

Vai até o dia 17 de junho prazo para que os motofretistas enviem sugestões sobre à periculosidade para o Ministério do Trabalho. Todo trabalhador do setor de motofrete e mototaxi deve enviar sugestões para normatizacao.sit@mte.gov.br para que o benefício seja estendido a outros companheiros. Após encerramento do prazo para o envio de contribuições, as propostas serão avaliadas por um grupo tripartite composto por representantes do governo federal, trabalhadores e empregadores. As sugestões que forem consenso irão compor o novo texto do Anexo 5 da NR-16.

O SindimotoSP informou que já enviou ofício ao MT defendendo os direitos dos motociclistas profissionais e reivindicando o benefício a outros trabalhadores que exercem função profissional com motocicletas.

SindimotoSP e Simpi chegam a um acordo e assinam Convenção Coletiva 2016/2017 - setor Diferenciado

O SindimotoSP fechou a Convenção Coletiva setor Diferenciado 2016/2017 com o Simpi (sindicato patronal de motofrete). A nova Convenção Coletiva reajusta os valores pagos aos motociclistas / ciclistas desse setor e devem ser pagos a partir de 1º de maio. Os motociclistas profissionais do setor comemoraram o aumento.

O piso mínimo para motofretista passou para R\$ 1.315,93. O PVR subiu para R\$ 10,06. O aluguel

da moto agora é de R\$ 704,90 para o motociclista que rodar até 2.520 kms por mês, caso passe desse limite, cada km excedente terá acréscimo de R\$ 0,24. Já o VR passou para R\$ 22,50, sendo esse o maior aumento. A cesta básica também emplacou bom reajuste e foi para R\$ 90,00.

Para o ciclista, os aumentos foram R\$ 1.188,00 piso mínimo, aluguel da bike passou para R\$ 9,35 a diária. Os benefícios foram mantidos.

MOTOFRETISTA

DESCRIÇÃO	ANTES (EM R\$)	%	DEPOIS (EM R\$)
PISO MÍNIMO	1.196,30	10	1.315,93
PERICULOSIDADE	358,89	10	394,78 (piso mínimo)
PVR	9,15	10	10,06
ALUGUEL DA MOTO	640,82	10	704,90
VR	17,99	25	22,50
CESTA BÁSICA	71,94	20	90,00
EXCEDENTE ALUGUEL DE MOTO ATÉ 2.520 KM	0,22	10	0,24 (POR KM EXCEDENTE)

CICLISTA

DESCRIÇÃO	ANTES (EM R\$)	%	DEPOIS (EM R\$)
PISO MÍNIMO	1.080,00	10	1.188,00
ALUGUEL DA BIKE	352,00	10	9,35 (Diária)
EXCEDENTE ALUGUEL DA BIKE ATÉ 1.761 KM	0,20		

Os valores acima descritos devem ser pagos a partir de 1º de Maio de 2016 para os motociclistas profissionais e Ciclistas do Setor Diferenciado.

Expediente

A Voz do Motoboy

Jornalista responsável: Pedro Pimenta

Diagramação: Rodrigo Martins

Colaboradores: Febramoto / Abramoto

DNP / Instituto Motofrete / SindimotoSP

Associação dos Motofretistas

Redação: Rua Dr Eurico Rangel, 40

2º andar - Sala 3

Brooklin Novo / Cep: 04602-060

Telefone: 5049-0442

Site: www.jornalavozdomotoboy.com.br

email: redacao@jornalavozdomotoboy.com.br

Editorial

Nem se passou um mês que editamos nosso último jornal e já estamos com “novo” presidente da República Federativa do Brasil. Com isso, mudou-se também todos os ministros e, assim, os trabalhos já realizados em outras estâncias pelo SindimotoSP, terão que ser retomados. Quem perde é a categoria que precisa de soluções urgentes para seus problemas, bem como de mais atenção, seja do governo federal, estadual ou municipal. Seja lá, quem fique (porque muita coisa ainda pode mudar), o desejo desse jornal e equipe é que de fato, os motociclistas profissionais tenham pessoas que realmente queiram ajudar e não complicar. Mas o que dissemos na edição anterior, repetimos: mudanças, virão mesmo e da parte dos brasileiros que desejam um país melhor para si e para as futuras gerações.

Use os equipamentos obrigatórios de segurança. Afinal, sua carga mais importante é você mesmo.

SOU PROFISSIONAL. ANDO NA LEI.

Antena
corta-pipa

Baú com
adesivo refletivo

Capacete com
adesivo refletivo

Colete com
faixa refletiva

Moto original de fábrica,
mínimo 120cc, cor branca

Faixa refletiva
nos dois lados

Protetor
de perna

Passo a passo para se regularizar

- 1- Fazer o curso de capacitação
 - 2- Tirar a 2ª via da CNH com a observação "MOTOFRETISTA"
 - 3- Solicitar a licença do município - "CONDUMOTO"
 - 4- Equipar a motocicleta com itens de segurança
 - 5- Alterar a categoria e a placa da moto
- Saiba mais www.detran.sp.gov.br



Crédito especial

para comprar motocicletas, itens
de segurança e equipamentos
de proteção pessoal.

0,35% ao mês em até 24 vezes

www.bancodopovo.sp.gov.br



Justiça aceita ação de improbidade contra Haddad por dinheiro de multas. MP diz que Prefeitura usou dinheiro para fins não previstos em lei.



A Justiça aceitou ação de improbidade administrativa contra o prefeito Fernando Haddad, o secretário de Transportes Jimar Tatto, ex-secretário de

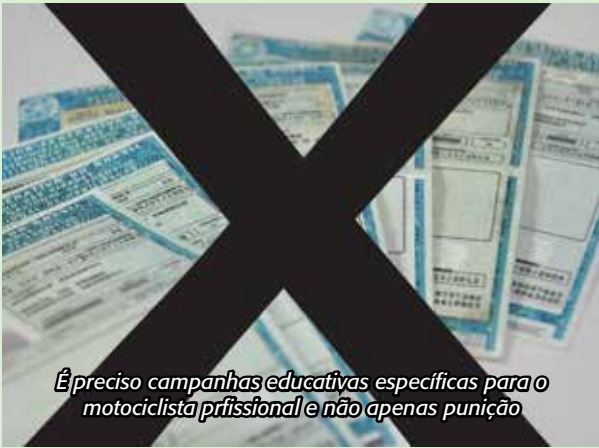
Finanças Marcos Cruz e o atual secretário de Finanças Rogério Oliveira. As informações foram veiculadas pelo SPTV - Rede Globo em 19 de Maio.

A juíza Carmen Cristina Fernandez recebeu a posição do Ministério Público de que todos agiram conjuntamente para aumentar a arrecadação da cidade de São Paulo para criar a chamada “indústria das multas”. De acordo com os promotores, a Prefeitura não aplicou regularmente o valor arrecadado com as multas de trânsito, o que é proibido e tem regras específicas.

Na ação, o MP alegou que eles elevaram consideravelmente o número de radares na cidade e que usaram o dinheiro para fins não previstos em lei.

Segundo o MP, o dinheiro deveria ter sido usado exclusivamente em segurança e educação de trânsito, como prevê o Código Brasileiro de Trânsito (CBT). Só em 2014, foram mais de 10,6 milhões de multas aplicadas aos motoristas, o que destinou quase R\$ 900 milhões aos cofres públicos. Porém, o Ministério Público diz que o dinheiro foi usado na construção de terminais de ônibus, ciclovias e que, cerca de 70% serviu para pagar salários, encargos e tributos da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Todos os indicados no processo tem até o fim da primeira semana de junho para apresentar defesa.

Aumento de multas aplicadas tira uma CNH a cada dois minutos



Nos três primeiros meses deste ano, uma Carteira Nacional de Habilitação (CNH) foi suspensa a cada dois minutos. Nesse tempo, foram cassadas 88.722 habilitações. O número se refere, em parte, a motociclistas que passaram a cumprir a suspensão após somar ou ultrapassar 20 pontos na CNH em um período de 12 meses, deixando muitos profissionais sem poder exercer a profissão. Muitas dessas multas se devem a redução da velocidade sem aviso prévio na cidade de São Paulo.

No comparativo apenas entre os anos cheios de 2014 e 2015, o acréscimo chegou a 71%, passando de 218.102 casos para 373.956. Em 2013, 139.328

condutores iniciaram o cumprimento da suspensão da licença para dirigir.

Aos motociclistas, a infração que pode acarretar diretamente a perda da carteira é trafegar sem o uso do capacete.

O aumento de CNHs suspensas pode ser resultado da intensificação da fiscalização pelos órgãos de trânsito, além de um novo Sistema Integrado de Multas que detecta quando um condutor atinge 20 pontos.

Outro fator que contribui para esse quadro foi a indústria da multa criada na capital pela atual administração municipal.

Indústria da multa de trânsito na capital bate recordes sucessivos

Desde que a administração municipal mudou as regras de velocidade na cidade de São Paulo, os cofres estão mais cheios e trabalhadores do setor profissional de duas rodas sem poder exercer a profissão.

Em 2015, os valores arrecadados pela prefeitura municipal foram de R\$ 964 milhões e, segundo cálculos, em 2016 passará dos R\$ 1 bilhão.

Se de um lado a prefeitura tem arrecadado muito, e pouco pelo trânsito, como troca de semáforos, sinalização adequada, campanhas de educação específicas para motociclistas, o motociclista profissional fica sem trabalhar devido a CNH apreendida ou não poder pagar IPVA, DPVAT ou licenciamento da moto devido as multas. Veja abaixo alguns dados que comprovam a existência de uma indústria de multas, mesmo prefeito Fernando Haddad e o secretário de Transportes Jilmar Tato dizerem que não.

TOTAL DE MULTAS POR EXCESSO DE VELOCIDADE NAS MARGINAIS EM 2015

Marginal Pinheiros	Marginal Tietê
Até 20 de julho: 233.608	Até 20 de julho: 199.435
Depois de julho: 605.302	Depois de julho: 467.492
EVOLUÇÃO POR MÊS	EVOLUÇÃO POR MÊS
Até 20 de julho: 61.699	Depois de 20 de julho: 128.577 (+ de 100%)
Até 20 de julho: 64.677	Depois de 20 de julho: 88.949
Valor arrecadado: R\$ 76,7 milhões	Valor arrecadado: R\$ 62,4 milhões

Algumas multas não “cassam” à CNH

Porém, as mais frequentes aplicadas em motociclistas, quando somadas, determinam o prazo em que a CNH ficará suspensa.

Excesso de velocidade: Artigo 218, I - Transitar em velocidade superior à máxima permitida para o local, medida por instrumento ou equipamento hábil, em rodovias, vias de trânsito rápido, vias arteriais e demais vias quando a velocidade for superior à máxima em até 20%. Valor da multa R\$85,13 - Gravidade da multa: Média, 4 pontos na CNH.

Desrespeitar o sinal vermelho: Artigo 208 - Avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória. Valor da multa R\$ 191,54 - Gravidade da multa: gravíssima, 7 pontos na CNH.

Estacionar de forma irregular: Artigo 181, IV - Estacionar o veículo em desacordo com as posições estabelecidas no CTB. Valor da multa

R\$ 85,13 - Gravidade da multa: Média, 4 pontos na CNH + Medida Administrativa: remoção do veículo.

Ultrapassar outro veículo na contramão: 203, II - Ultrapassar pela contramão outro veículo nas faixas de pedestre. Valor da multa R\$ 957,70 - Gravidade da multa: Gravíssima, 7 pontos na CNH.

SindimotoSP diz não ao PLS 82/2011 no Senado Federal

Em defesa dos motociclistas profissionais de todo Brasil, o presidente Gilberto Almeida dos Santos (Gil) esteve em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) no Senado Federal, em Brasília, e repudiou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 82/2011 que pretende alterar a regulamentação da atividade de motofrete complicando mais ainda à vida do profissional que atua no setor. Para Gil, o projeto é retrocesso e possibilita a extinção da profissão de motofretista.



Representando os motociclistas profissionais do Estado de São Paulo, o presidente do SindimotoSP Gil, defendeu a manutenção da Lei Federal 12009, que regulamentou o motofrete em todo Brasil e ainda reivindicou aposentadoria especial para a categoria que já recebe o benefício da periculosidade. “A lei do motofrete não deve ser alterada, mas, sim, fiscalizada para que cada cidade brasileira possa criar leis municipais que a completem”, disse em Brasília, na sala de audiência do Senado Federal que aconteceu dia 23/5.

Na ocasião da audiência pública houve acordo com o presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), para apresentação de novo projeto de lei pelo SindimotoSP e grupo de trabalho, que atenda estas e outras reivindicações para o setor. Essa proposta de novo projeto poderia substituir o PLS 82/2011, em tramitação no Senado que causou manifestações e indignação em todo Brasil de motociclistas profissionais.

“A categoria entende que devemos votar pela rejeição do PLS 82 e que devemos elaborar novo projeto que conste a aposentadoria especial, equipamentos de segurança da moto fornecidos pelo contratante, regulamentação das empresas de aplicativos como empresas de setor Express etc”, alega Gil que, segundo ele, a Lei Federal 12.009 já contempla as necessidades dos motociclistas profissionais e mototaxistas, além de ter requisitos básicos



Presidente Gil, do SindimotoSP, argumenta no Senado Federal que PLS 82 é retrocesso e o necessário para a categoria é fiscalização.

de segurança que podem ser ampliados.

Na audiência, o SindimotoSP ainda ressaltou que inúmeras conquistas recentes da categoria tem dado segurança e credibilidade ao motofrete, e ainda mencionou que a regulamentação da profissão e a padronização de equipamentos têm contribuído para reduzir o número de acidentes em São Paulo e Região Metropolitana.



Da esquerda para à direita: Rodrigo Silva, Gilberto Almeida dos Santos (Gil), o Senador Paulo Paim, Dr Gilmar Lourenço, Gerson Silva e Reivaldo Moraes.

O QUE PREVÊ O PLS 82/2011

Proibição de trafegar nos corredores entre os carros.
Limitação da velocidade máxima a 60 Km p/h.
Limite de 200 cilindradas para o motor dos veículos.
Obrigatoriedade de uso de pneus de chuva.

O QUE DIZ O SINDIMOTOSP

Existe veto no CTB liberando tráfego de motocicletas nesse espaço. Além disso, não há estatísticas oficiais que os acidentes acontecem ali, sem falar que, caso haja a proibição, a categoria perderá agilidade e rapidez na entrega, o que levaria à profissão a extinção.

Já existe limitação de velocidades em várias cidades que são exigidas pela administração municipal que conhece a realidade de seu trânsito.

Motos de maior cilindrada são mais seguras e modernas. Seria retrocesso diminuir para essa potência.

Pneu de chuva é inviável porque as motos circulam em variados tipos de terreno e situação.

“É preciso fiscalização mais rigorosa nas leis já criadas, que se completem, bem como políticas públicas que contemplem as necessidades do setor, para que haja melhoria das condições de segurança como um todo”, finaliza Gil.



Rodrigo Silva, diretor de Relações Institucionais do SindimotoSP explica que nova lei dificultaria exercício da profissão e que a Lei Federal 12009 já contempla segurança e requisitos básicos para proteção do trabalhador.

SindimotoSP quer aposentadoria especial para motociclista profissional

A Aposentadoria Especial também é conhecida como Periculosidade / Insalubridade. As duas situações são diferentes, porém, atualmente, o motociclista profissional já recebe o adicional de periculosidade, o que, teoricamente, lhe daria direito a aposentadoria especial.

Para ter direito a ela, o trabalhador deve comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes físicos, químicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais pelo período exigido para a concessão do benefício de 15, 20 ou 25 anos, no máximo. Após cumprida a carência de 180 contribuições, o segurado tem direito conforme tabela da Previdência Social.

Porém, na legislação atual, o motociclista profissional recebe o benefício, mas não tem direito

a aposentadoria especial, o que é contraditório, já que o pagamento da periculosidade dá direito a aposentadoria especial.

“É incoerente ceder um benefício, no caso à periculosidade, e não dar o direito a aposentadoria especial para o motociclista profissional porque o risco no exercício da profissão existe. Portanto, nada mais justo e dentro da lei, que esse profissional tenha também esse direito de se aposentar com menos tempo”, diz Gil.

CONHEÇA ALGUMAS PROFISSÕES QUE GERAM O DIREITO À APOSENTADORIA ESPECIAL

Metalúrgicos, pintores, pedreiros que trabalham em grandes obras, eletricitários, frentistas, vigilan-

tes, médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos em radiologia, bombeiros, investigadores e guardas com uso de arma de fogo, soldadores, engenheiros, auxiliares de saúde que trabalhem constantemente expostos ao contato com doentes ou materiais infectocontagiantes, motorista de ônibus e caminhão, cobradores de ônibus, profissionais que trabalham na caça, pesca e agricultura, entre outros.



O alto preço que se paga por infrações de trânsito

Sai ano e entra ano e o Brasil continua na lista dos cinco países com o trânsito mais violento do mundo. Diariamente são registrados acidentes dos mais variados tipos e níveis de gravidade, envolvendo motocicletas, carros, caminhões, ônibus e pedestres. Motoristas alcoolizados, dirigindo em alta velocidade, falando ao celular e ultrapassagens são as principais causas de acidentes. Para evitar esses acidentes e punir os responsáveis, foram criadas as leis e multas de trânsito.

As multas podem ter o caráter educativo, pois espera-se que o motorista irresponsável aprenda com seu próprio erro e evite repeti-lo, numa atitude preventiva. De acordo com a legislação vigente, quando recebe uma multa de trânsito, o motorista do veículo perde pontos na Carteira de Habilitação (CNH), além de ter que pagar o valor correspondente à multa que recebeu. Os pontos e o preço são definidos de acordo com a gravidade da infração cometida. As multas são divididas em quatro categorias: infração gravíssima, infração grave, infração média e infração leve.

Listamos abaixo algumas multas que são aplicadas para infrações aos usuários de motocicletas:

- Farol ou lanterna queimada: Infração média, com multa no valor de R\$ 85,13.

- Pneus ruins: Infração grave, com multa de R\$ 127,69. O pneu não pode estar liso em nenhum ponto ou com sulco inferior a 1,6mm;

- Não dar preferência ao pedestre: infração grave, com multa no valor de R\$ 191, 54.

- Furar o sinal vermelho: infração grave, com multa no valor de R\$ 191,54

Algumas infrações de trânsito tiveram seus valores alterados pela Lei 12971/2014, como ultrapassagens em faixa contínua ou em local proibido,

infrações gravíssimas que passaram a ter fator multiplicador 05, chegando a R\$ 957,70. Já para ultrapassagens pela contramão, por exemplo, a infração passou a ser multiplicada por dez, com multa de R\$ 1.915,40. Praticar rachas também passou a ser considerada infração gravíssima, com valor da multa de R\$ 1.915,40.

O preço que se paga por cometer infrações no trânsito pode ser muito mais alto que os valores das multas. Pode custar uma vida, a sua ou de outra pessoa. E vida não tem preço. Pense nisso. Portanto, dirigir com segurança é sempre a melhor opção. Não dói no bolso e nem na consciência. Lembre-se que, em caso de acidente, o Seguro DPVAT estará sempre ao seu lado!

Serviço

Solicitar o Seguro DPVAT é fácil, gratuito e não precisa de intermediários ou advogados. A própria vítima ou beneficiário pode fazer o pedido seguindo apenas três passos:

1 - Escolher um ponto oficial de atendimento. A listagem completa por cidade pode ser acessada pelo site www.seguradoralider.com.br ou pelo telefone 0800 022 1204. Lembre-se: as agências próprias dos Correios também recebem gratuitamente pedidos de indenização do Seguro DPVAT.

2 – Reunir a documentação necessária de acordo com a cobertura – morte, invalidez permanente ou reembolso de despesas médicas e hospitalares .

3 – Preencher o pedido de indenização em um ponto oficial de atendimento e entregar a documentação.

Site DPVAT: www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT – 0800 022 12 04 - Todos os dias da semana, 24h por dia

Trânsito que entristece famílias

Predadores montados em suas máquinas atacam suas presas em situações mais dramáticas, não dando chance para fuga. E o sofrimento das famílias velando e sepultando ou cuidando dos cadeirantes, dos incapacitados definitivamente para o trabalho. Enquanto ocorre a eternização da dor, o governo parece transitar na contramão dessas vidas.

Estamos evoluindo no quinto ano da década de redução dos óbitos no trânsito. Dados do DPVAT mostram espelhos estatísticos que não sensibilizam a população e tão pouco órgãos governamentais. O país continua perdendo jovens saudáveis, produtivos e o IBGE informa que o crescimento da população brasileira foi de 5%. Mão de obra nobre sendo perdida com mortes e incapacidades definitivas para o trabalho. Essa é a principal doença epidêmica para a qual não se encontra uma vacina. Famílias no desamparo, inconformadas, sem estrutura para se reerguer, pedem justiça. Os Ministérios das Cidades, dos Transportes, da Saúde, da Justiça e outros parecem alheios à propagação da maldita doença do trânsito. Conter tudo isso em curto prazo é intensificar a fiscalização acompanhada de multas e punições severas. Medidas essas de fácil aplicação e de retorno imediato. E quando lideranças políticas agirão? Com a redução de 50% proposta pela ONU não vislumbramos sucesso já que no meio da década só vemos aumento geométrico e condutas ineficazes. Não se implanta a necessidade básica para mudança da cultura da população brasileira com relação à mobilidade humana. Está previsto no Código de Trânsito Brasileiro, que data de 1998, a educação de trânsito desde a pré-escola até os 18 anos. O ensinamento teórico não tem que ser de-

corado para fazer a prova, essa pedagogia levará em curto prazo o não entendimento e esquecimento. A formação do condutor não é compatível para quem vai conduzir uma máquina extremamente perigosa, onde ao lado e em sentido contrário transitam outras, como se não bastasse entre essas máquinas transita o ser humano. Hoje, julga-se necessário apenas 20 ou 25 horas como se a máquina sobre rodas fosse o brinquedo maior do adulto. Na formação do condutor na Austrália são gastas 120 horas. Será que dirigir a 30 ou 40 km por hora, subir um aclive e não deixar o veículo recuar e fazer uma baliza é o suficiente para o Estado conceder a Carteira Nacional de Habilitação? É ensinado apenas fazer o carro e a moto andar. E as situações de risco, a prática da direção defensiva e evasiva, chuva, neblina, dia, noite, rodovias, ultrapassagens de veículos longos, frenagem com desvio de obstáculos e vai por aí. Ampliar conhecimentos colocando-os em prática é a necessidade maior. Quando nos voltamos para a motocicleta à coisa se resume a andar em primeira marcha e manter o equilíbrio, tudo num circuito fechado. Qual será a qualidade desses operadores de máquinas perigosas? Além disso, recebida a CNH, são esgotados ensinamentos, nunca mais voltamos para um treinamento, avaliação de possíveis condutas irregulares, vícios adquiridos, conhecimento

de novas legislações e outras alterações complementares. A educação continuada é uma necessidade. A tecnologia avança a passos largos, os veículos são modificados a cada ano, não podemos passar ao vendedor a responsabilidade de fazer um Teste Drive e indicar para que servem os acessórios no painel. Dentro das fábricas, com máquinas fixas ao solo, o Ministério do Trabalho exige treinamento, controle, fiscalização, prevenção, uso de equipamentos de segurança e tudo mais que não é proposto para as máquinas que transitam nas áreas urbanas e rodovias. Estamos longe para conseguirmos sair desse nefasto terceiro lugar no ranking mundial de mortes no trânsito. Enquanto isso, famílias desoladas, em sofrimento eterno, conduzindo seus parentes com sequelas graves para hospitais, cirurgias, fisioterapia. Outras velando e sepultando seus entes queridos. O sofrimento se eterniza, o orçamento da família desaba, necessidades serão passadas, apoio nenhum será ofertado. Longe disso, o agente causador de todo esse sofrimento, paga uma fiança e se condenado, paga algumas cestas básicas ou presta algum serviço à comunidade.

Dr. Dirceu Rodrigues Alves Júnior
diretor de Comunicação e do Departamento de Medicina de Tráfego Ocupacional da ABRAMET

**EM CASO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO,
VOCÊ PODE SOLICITAR O SEGURO DPVAT
SOZINHO E GRATUITAMENTE.**

**SEM COMISSÃO • SEM PROCURAÇÃO
RECEBA O VALOR INTEGRAL**



Seguro

DPVAT

Seguradora Líder

SAC DPVAT: 0800 022 1204 | www.dpvatsegurodotransito.com.br

NOVA CG START. SUA PRIMEIRA 160 CC.



A PARTIR DE
R\$

137,33
MENSAL
SEM JUROS

- Novo motor de 160 cilindradas
- Mais força
- Mais economia
- Com 3 anos de garantia



Todos juntos fazem um trânsito melhor.

www.honda.com.br/linhacg

*Fornecimento de óleo válido a partir da 3ª revisão. Consulte as concessionárias participantes no 0800 701 3432. **Condição referente ao modelo CG 160 START, pelo Consórcio Nacional Honda, no Plano Mega Fácil de 80 meses. Taxa de administração de 24%, fundo de reserva de 1,5%, seguro de vida prestamista e quebra de garantia incluso. Condição e preço válidos para todos os Estados, exceto AC, AM, RO e RR, vigentes a partir de 11/3/2016, podendo ser reajustados sem aviso prévio em razão do valor do bem sugerido pela montadora. Para informações adicionais, acesse www.consorcionacionalhonda.com.br. CAC: (11) 2172 7007. SAC: 0800 722 2340. Ouvidoria: 0800 771 5707. Atendimento às pessoas com deficiência auditiva: 0800 722 2341. Imagem ilustrativa.

